

Norma padrão: Usos sem abusos

José Ribamar Neres Costa¹

RESUMO: Este artigo trata do uso da norma padrão da língua portuguesa em situações em que há necessidade ou não do uso da norma culta em situações comunicativas. O trabalho é de natureza bibliográfica, amparado em teorias desenvolvidas por autores como Joaquim Mattoso Câmara Júnior, Celso Pedro Luft, Marcos Bagno e Irandé Antunes. Busca-se demonstrar que nem sempre o ato de falar bem está relacionado com o uso de palavras difíceis, ou com uma sintaxe rebuscada, pois há casos em que o processo comunicativo pode tornar-se tão importante quanto a correção gramatical.

Palavras-chave: Gramática; Norma padrão; Comunicação.

1. Introdução

Ao longo da História, expressar-se bem tem sido uma das qualidades mais elogiadas pelos povos em geral. Na Grécia antiga, as aulas de oratória eram disputadas por todos aqueles que desejavam impressionar o povo com o perfeito uso do vernáculo. A pureza da língua, associada às técnicas de locução, encantava a todos que criam no poder da palavra como elemento transformador da realidade.

Os romanos, por sua vez, investiram no estudo da retórica que “surgiu na Antigüidade sob os auspícios da oratória grega, e, de lá para cá, ora arrefece-se, ora vivifica-se, e tudo de conformidade com os interesses de cada época ou de cada grupo” (SANTOS, 2000, p. 109).

Com o passar do tempo, as velhas teorias sobre o expressar-se bem foram transferidas para as escolas e, mais particularmente, para as aulas de língua materna. Enriquecer o vocabulário, estudar as questões gramaticais, conhecer todos os detalhes da ortografia, da ortografia e da prosódia passou a ser uma obsessão para muitos e uma espécie de pesadelo para quem se via na obrigação cotidiana de escrever ou de falar em público. O menor deslize gramatical poderia pôr a perder todo um trabalho intelectual de horas, dias ou até de meses inteiros.

As aulas de língua materna tornaram-se um conjunto de regras que deviam ser decoradas e reproduzidas pelos alunos. O trabalho de leitura reduzia-se à compreensão de excertos de obras canonizadas pelos críticos. Redigir nada mais era que escrever sem incorrer

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, professor da Faculdade Atenas Maranhense. E-mail: joseneres@globo.com.

em erros gramaticais graves, pouco importavam coesão, coerência, progressão ou informatividade. O primordial era tecer um texto isento de barbarismo e/ou de solecismos.

Com o tempo, o ato de falar e escrever bem acabou sendo atrelado à escolaridade e à classe social das pessoas. Aparentemente, quem tinha acesso às boas escolas conseguia maior fluência na expressão verbal, dominava melhor o vocabulário e era capaz de conseguir os cargos mais elevados. Tais pessoas eram, e são, constantemente convidadas para proferirem palestra e sempre são indicadas para os discursos de improviso. Mesmo quando o conteúdo do que foi dito não tinha tanta substância, o aplauso aparecia em profusão. Por outro lado, quem não conseguia expressar-se de forma satisfatória era normalmente visto como pertencente às classes menos privilegiadas. A fala vacilante era motivo de risos, e as estruturas sintáticas mais tradicionais levavam o público a entender como simplório algo que, às vezes, precisaria apenas de um tratamento estético para ser aceito com maior receptividade.

Neste trabalho, mostraremos que nem sempre falar e escrever bem resume-se a usar palavras bonitas e floreios gramaticais, mas sim que significa também adequar o vocabulário com o objetivo de ser compreendido pelo(s) receptor(es). Mostraremos também que as condições extratextuais, como, por exemplo, ambiente, classe social e objetivo do discurso são fatores que devem ser levados em consideração para a elaboração de um texto oral ou escrito.

2. A escola e a língua materna

Luft (1997, p. 11), respaldado por diversos outros estudiosos da linguagem humana, diz que “não há língua sem gramática”. No entanto, há uma grande diferença entre saber falar uma língua e dominar a gramática dessa mesma língua. No primeiro caso, temos as pessoas que usam o idioma como instrumento comunicativo. Todos os falantes de uma língua estão incluídos nessa categoria, uma vez que é por meio do verbo, principalmente, que expomos nossos pensamentos com relação aos acontecimentos cotidianos, seja de forma oral, seja de forma escrita.

Os usuários de um idioma partem de um número limitado de letras e de fonemas para a formação de inúmeras palavras e a conseqüente elaboração de infinitas construções frasais, conforme ensina a teoria gerativista defendida por Chomsky. Essa seria uma espécie de gramática natural capaz de fazer com que todos os falantes de uma determinada língua se comuniquem mesmo que nunca tenham lido ou ouvido uma frase específica.

O fato de ser capaz de compreender e de elaborar esse número infinito de orações autoriza uma pessoa a autodeclarar-se falante de determinada língua, mesmo que não entenda, de forma científica, os mecanismos que compõem toda a estrutura interna do idioma falado ou escrito.

Já conhecer a norma gramatical culta prediz a necessidade de um estudo mais aprofundado dos meandros da língua. Nem todos os falantes de um idioma terão paciência e/ou formação acadêmica suficientes para compreender as sutilezas teóricas que nem sempre serão necessárias para a perfeita inteligência do que foi dito ou escrito em situações coloquiais.

A rigor, o estudo da língua materna deveria privilegiar quatro aspectos bem demarcados: ler, escrever, falar e compreender. No entanto, na maior parte das vezes, a própria escola valoriza o estudo da gramática normativa, em detrimento do estudo da língua como meio para interagir com a própria cidadania.

Basta um rápido passar de olhos nos livros didáticos de língua portuguesa adotados pelas escolas brasileiras para que percebamos a ênfase dada aos aspectos gramaticais. Os programas de curso usados pelos autores dos livros seguem quase sempre o mesmo padrão: textos, interpretação de texto, estudo gramatical. Raramente percebemos o interesse pelas diferenças regionais e pelas diferenças idiossincráticas. A impressão que os livros didáticos passam é que a língua portuguesa é uma grande unidade, sem diferenças, e que todos os falantes mantêm o mesmo padrão vocabular e sintático.

Mas a verdade é bem diferente. Tanto na relação português do Brasil X português de Portugal, como nas diversas variações linguísticas encontradas nos vários pontos de uma mesma nação, o que se pode perceber é uma multiplicidade de situações nas quais o ato de saber falar e escrever bem pode ser interpretado de maneiras bastante diferentes.

3. A língua e o povo

Um idioma não pertence a uma pessoa em particular, muito menos a um restrito grupo específico. Ele é um bem social que deve ser compartilhado com todos os membros da comunidade. Estes, por sua vez, não podem ser reduzidos à condição de meros usuários do código, mas sim reconhecidos como coautores das diversas mudanças por que passa uma língua ao longo dos tempos. Como nos lembra Bagno (2003, p. 108), “a mudança linguística é inevitável como a própria mudança de tudo o que existe no universo”.

O problema está em pensar que somente as pessoas escolarizadas, e de preferência aquelas com títulos superiores, têm o poder de contribuir para a evolução da língua. Para

muitas pessoas, ao povo em geral está reservado apenas o direito de reproduzir fielmente aquilo que foi imposto como padrão e correto dentro de um imenso sistema de variações e de possibilidades linguísticas.

Essa é, por exemplo, a tônica do livro de Bagno (2001), intitulado **A língua de Eulália – novela sociolingüística**, no qual há um amplo debate acerca do que vem a ser o português-padrão e quais são as diferenças existentes entre ele o nível considerado fora da norma culta. Ao longo de mais de duzentas páginas, o autor discorre sobre as contribuições recebidas pela língua portuguesa dos diferentes falares e níveis sociais, além de fazer um levantamento histórico das possíveis origens do preconceito linguístico existente contra as pessoas que utilizam o nível não-padrão da linguagem.

Mas esse assunto não é novo. O poeta modernista Oswald de Andrade, no início do século XX, mostrava que nem sempre é preciso que haja uma correção gramatical para que as tarefas sejam executadas com exatidão e maestria. Não saber articular corretamente as palavras não significa não saber usá-las.

Vício na fala²

Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados

Com todo o seu grau de ironia, o poeta deixou claro que não é o fato de pronunciar “teiado” no lugar de “telhados” que irá impedir alguém de exercer corretamente o seu ofício de construtor de telhados. Da mesma forma, outras palavras podem ser compreendidas pelos interlocutores apesar de não serem ditas de acordo com as normas preconizadas pelos gramáticos. Às vezes, o ato comunicativo pode suplantar os interesses meramente acadêmicos.

Para finalizar com as exemplificações literárias neste tópico, podemos voltar a Oswald de Andrade, que, em outro texto, demonstra que em situações menos formais não precisamos seguir rigidamente as normas gramaticais, uma vez que podemos ser entendidos mesmo com a presença de alguns solecismos. Escreve o poeta:

² Os poemas de Oswald de Andrade que aparecem neste trabalho foram retirados da página eletrônica <http://www.revista.agulha.nom.br/oswal.html>. Acesso em: 20 abr. 2010

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da nação brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

É importante notar, no poema acima, que o uso das normas culta ou não-culta não depende exclusivamente do grau de escolaridade e/ou de questões raciais. Nem todo mundo usará um dia a forma *dê-me*, mas todos podem dizer *me dá* quando as circunstâncias assim exigirem.

4. Norma culta e poder

Desde muito tempo, o homem sabe que saber usar corretamente as palavras pode ser uma forma de exercer um aparente domínio intelectual sobre aqueles que se julgam menos dotados intelectualmente. Pasquale Cipro Neto, em uma entrevista concedida à Revista **Veja**, comenta de passagem um assunto polêmico, que é o uso da norma culta pelos governantes com o intuito de manter o povo sem meios de se defender das investidas dos poderosos. Diz o entrevistado:

Existe, ainda, um motivo invisível para o estado trágico em que se encontra o português do Brasil: a má intenção. Uma grande parcela da população é mantida na ignorância, com o propósito de distanciá-la da sintaxe dominante. E é na sintaxe dominante que são redigidos os contratos e as leis, um exemplo cabal de que língua é poder. Sem acesso a ela, o povo é facilmente manobrado. (CIPRO NETO, 1997, p. 7).

Desse modo, levando-se em consideração as palavras de Cipro Neto, a língua também faz parte do que o pensador francês Althusser chamou de aparelho ideológico do estado. Isto é, a língua passaria a ser mais um mecanismo usado pelos governantes para o mascaramento da realidade e a consequente manutenção da grande massa populacional na mais completa escuridão intelectual.

Outro comentário interessante a respeito desse assunto é o de Bagno, para quem a corrida em busca da norma padrão tem raízes históricas e implicações, além de linguísticas, mercadológicas.

A tentativa de aquisição da norma-padrão como um “bem de consumo” encontra ampla acolhida em determinadas camadas sociais que vêem no domínio desses estereótipos lingüísticos um pretensio instrumento de “ascensão social” e de “inserção no mercado”. A “língua certa” se torna, assim, um objeto de desejo para esses grupos, demanda que é atendida pelo comércio com a transformação dessa “língua” num bem de consumo supostamente acessível a todos e disponível sob as mais diferentes embalagens e modelos... (BAGNO, 2003, p. 105)

Ao longo da história, a eloquência sempre foi explorada pelos políticos em geral, ou em discursos de improviso, ou em leituras expressivas de textos redigidos por seus assessores, embora nem sempre o conteúdo do discurso seja algo aproveitável. Muitas vezes, um vocabulário esdrúxulo, carregado de palavras difíceis, mas sem um grau de informatividade plausível, pode impressionar mais que um texto com ideias bem concatenadas, mas com uma estrutura formal simples e sem grandes giros sintáticos. Exemplos disso não faltam na vida política brasileira e mundial.

5. Quando o não-padrão vira estilo

O mundo da literatura desconhece a questão do “erro” gramatical. A “licença poética” perdoa os deslizos, intencionais ou não, de escritores que fazem da norma popular o seu estilo. Outros decidem seguir rigidamente os ditames da norma culta, crendo que a apresentação gramatical de um texto é mais importante que a dose de criatividade que possa vir nele. Há ainda os que conseguem ser criativos dentro dos limites impostos pela pureza vernacular de idioma. De qualquer modo, o leitor compreende que a literatura é um mundo ficcional que, mesmo baseado em uma hipotética realidade, segue suas leis físicas e gramaticais, que nem sempre têm relação direta com as do mundo real.

A história literária brasileira mostra que alguns escritores, hoje consagrados, viveram seus momentos difíceis no que diz respeito à aceitação de seus textos por parte do público em geral. José de Alencar foi acusado de contaminar o idioma luso com o excesso de termos indígenas em suas obras. Machado de Assis viveu um bom tempo com a pecha de ser um escritor que não conhecia a norma culta gramatical. Lima Barreto foi tido como modelo de como não deve ser um escritor, por causa do estilo considerado muito coloquial por seus contemporâneos...

Por outro lado, há aqueles que se destacaram exatamente pelo contrário, ou seja, pela subversão da norma culta. São bons exemplos disso Catulo da Paixão Cearense e Patativa do Assaré. Ambos recriam, de forma literária, o falar dos homens do sertão. Seus textos

perderiam um pouco do brilho se fossem escritos de acordo com uma norma padrão. O poema abaixo deixa isso bem claro. Escrito de acordo com os pressupostos gramaticais haveria, sem qualquer sombra de dúvida, uma quebra em seu ritmo e, principalmente, deixaria de retratar o modo de falar do sertanejo pobre e analfabeto:

O Poeta da Roça³

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
Trabáio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de páia de mío.
Sou poeta das brenha, não faço o papé
De argum menestré, ou errante cantô
Que veve vagando, com sua viola,
Cantando, pachola, à percura de amô.

Não tenho sabença, pois nunca estudei,
Apenas eu sei o meu nome assiná.
Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre,
E o fio do pobre não pode estudá.

Outro caso a ser lembrado é o de Luís Fernando Veríssimo, escritor gaúcho com dezenas de livros publicados, que, em uma crônica, “O Gigolô das palavras”, chama a atenção para o que aconteceria se um escritor resolvesse seguir integralmente o que as aulas de língua materna apregoam. Segundo Veríssimo:

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel. Acabaria tratando-as com a deferência de um namorado ou com a tediosa formalidade de um marido. A palavra seria a sua patroa! Com que cuidados, com que temores e obséquios ele consentiria em sair com elas em público, alvo da impiedosa atenção de lexicógrafos, etimologistas e colegas. Acabaria impotente, incapaz de uma conjunção. A Gramática precisa apanhar todos os dias para saber quem é que manda. (apud LUFT, 1997, p. 15).

O final da crônica foi tão forte que serviu de mote para diversos debates acadêmicos, inclusive para um livro de Luft, **Língua e liberdade** (1997), que traz questionamentos sobre a real importância do ensino de teoria gramatical nas escolas.

6. O falar e o escrever corretamente

³ Este fragmento do poema de Patativa do Assaré foi retirado da página eletrônica <http://letras.terra.com.br/patativa-do-assare/872145/>. Acesso em: 20 abr. 2010.

Todos sabem que há diferenças marcantes entre o ato de falar e o de escrever. Em primeiro lugar, o falar, pelo menos em situações normais, é mais espontâneo e, por isso mesmo, mais propenso a falhas gramaticais. Depois de ditas, as frases não podem ser recuperadas no ar e reestruturadas de modo a conseguir maior clareza e consistência. Um texto escrito, no entanto, pode a qualquer momento ser modificado em busca de uma forma mais adequada. Os períodos, no papel, podem ser burilados, trabalhados à exaustão ou então abandonados à sorte de uma possível decodificação ou do olvido total.

A norma culta pode ser usada tanto na escrita quanto na fala direta. Mas o mesmo pode ocorrer também com relação à norma popular, como já foi dito acima, uma vez que o processo comunicativo depende das diversas situações em que estão inseridos os interlocutores.

6.1 A norma culta e o falar

Quando se cogita a ideia de se falar bem, a noção imediata que aflora na mente é a de “falar bem em público”. Neste caso, como já foi dito anteriormente, o uso de um vocabulário menos comum pode acabar sendo confundido com a excelência discursiva.

A necessidade de ter fluência em público é a responsável, por exemplo, pela avalanche de livros e de cursos que prometem levar alguém a conseguir um bom desempenho oratório em pouco tempo e com pouco esforço. Se o que é dito nas propagandas de cursos de oratória pudesse ser levado a sério, em pouco tempo uma pessoa comum poderia tornar-se um novo Cícero ou um novo Antônio Vieira.

Há no mercado editorial uma larga bibliografia que promete corrigir as falhas mais comuns na pronúncia, na construção gramatical e na escrita de palavras e/ou de textos. Mas tais livros não levam em conta as variantes regionais, nem mesmo as diferenças biológicas e comportamentais dos leitores. Tudo parece ser feito para todos. Mas, feliz, ou infelizmente, a prática parece demonstrar que isso não funciona assim.

6.2 A norma culta e a escrita

Todos os anos, as universidades brasileiras cobram dos candidatos a uma vaga nos cursos superiores algo que não é devidamente ensinado nas escolas: a elaboração de bons textos.

Durante muito tempo, imperou a ideia de que escrever uma boa redação era ter a capacidade de encher uma página inteira com a menor quantidade possível de falhas gramaticais. Não importava a qualidade do texto.

A escrita já é por natureza uma linguagem artificial e, quando se trata de redigir um texto, o problema se torna ainda maior. Câmara Júnior (1999, p. 14) diz que “a civilização deu uma importância extraordinária à escrita e, muitas vezes, quando nos referimos à linguagem, só pensamos nesse seu aspecto”. No entanto, esse relativo valor dado à escrita não se reflete na importância desta no ensino-aprendizagem da língua materna. Discutindo sobre o assunto, Antunes (2007) argumenta que não adianta apenas saber gramática para alguém ler e escrever com sucesso.

Na linguagem escrita, mais que na oral, as diferenças não são levadas em consideração. Os teóricos costumam dividir a língua escrita em padrão e literária, e nada mais que isso. Desse modo, o redator fica praticamente impossibilitado de inovar no nível padrão, a não ser quando decida imiscuir-se no campo da literatura.

As regras gramaticais, que são aparentemente maleáveis na comunicação oral cotidiana, encontram bastante resistência no que diz respeito à escrita. No entanto, é facilmente observável que nem todo mundo escreve seguindo o nível padrão, mesmo porque nem todos o dominam e outros tiveram apenas a oportunidade de saber de sua existência, sem, no entanto, conhecer seus mecanismos mais elementares.

Em uma pesquisa, Pinto (1990) mostra que a forma escrita do português popular brasileiro é mais baseada nas marcas de oralidade que na gramática normativa. Analisando cartazes expostos em feiras e mercados, a pesquisadora encontrou diversas variações da mesma palavra, como, por exemplo: “maracuja / maracojá / maracoja / marcojá / mar’coja” (PINTO, 1990, p. 17).

No mesmo trabalho, a autora mostra também exemplos de folhetos impressos e distribuídos pelas ruas e de cartas familiares escritas por pessoas que têm “algum conhecimento, [mas] nem sempre suficiente para realizar [as prescrições gramaticais] plenamente” (PINTO, 1990, p. 13).

De um modo geral, a escrita não-padrão dos cartazes, dos panfletos e das cartas familiares satisfazem às necessidades de comunicação. Os possíveis compradores, os destinatários das cartas, mesmo os que conseguem identificar as falhas gramaticais, irão consumir os produtos (ou as informações) expostos e/ou oferecidos, sem restrições do ponto de vista da formalidade do texto. Pode até haver um estranhamento, mas, de acordo com a

legibilidade das palavras e com os conhecimentos prévios adquiridos, os receptores não terão tanto problema de intelecção do conteúdo das mensagens apresentadas.

7. Onde e quando usar a norma culta

Não se pode querer dizer que a norma padrão seja inútil. Muito pelo contrário, é ela a responsável por uma espécie de unificação oficial de uma língua. Sem uma norma, cada grupo de falantes poderia em pouco tempo criar uma espécie de dialeto praticamente incompreensível para os membros dos outros grupos. No entanto, é necessário também ter em mente que saber uma língua não equivale a apenas dominar a norma padrão, mas sim saber quando e onde usá-la, para evitar constrangimentos e desconfortos por parte do(s) emissor(es) e/ou do(s) receptor(es).

De modo algum alguém pode dizer que um usuário nativo da língua, acostumado a comunicar-se no dia a dia, não saiba falar. Sobre isso Bagno (2003, p. 17) diz que:

acusar alguém de não saber falar a própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a própria visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver) ou o olfato (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de sentir o cheiro, mas não de aspirá-lo).

A rigor, como foi dito antes, todos os falantes de uma língua já dominam sua gramática natural interna, o que faz com que as frases sejam organizadas de modo coerente, contudo nem todos são obrigados a conhecer as regras criadas pelos estudiosos para normatização didática das estruturas escritas e/ou faladas.

Desse modo, é sempre bom lembrar que usar a norma culta não significa apenas conhecer as regras impostas pela Gramática Normativa, mas sim também estar preparado para adaptar-se às situações que possam aparecer.

Tão errado quanto incorrer em barbarismo em situações formais, em uma palestra, por exemplo, é ser muito acadêmico ao conversar com pessoas que não possuem conhecimento técnico/teórico para compreender o uso de termos pouco usuais. Usar um vocabulário à Ruy Barbosa para dirigir-se a um guardador de carros é tão anacrônico quanto ser atendido por um médico que só usa gírias e palavras obscenas em suas consultas.

Claro que há um mínimo de gramaticalidade que deve ser respeitado para que não haja o risco de alguém não ser entendido em público, ou mesmo em conversas particulares. Mas não pode haver o exagero de padronizar a linguagem para todas as pessoas em todos os lugares e em todas as ocasiões, pois a língua é muito semelhante ao vestuário que usamos. Há

aquela roupa que só será usada em situações especiais. Não é porque um cidadão é juiz que irá usar suas vestes talares em uma festa mais íntima. Da mesma forma, não é por ser jogador de futebol que alguém irá a um casamento tradicional usando calção, chuteira e camiseta de treino. Com a linguagem ocorre o mesmo: há um nível específico para cada ocasião, e usar o vernáculo de forma inadequada também pode (e deve) ser considerado um grave atentado contra a língua materna.

8. Para que existe a norma culta?

Muitos estudiosos defendem que não deveria existir uma norma padrão na língua. Mas ela é necessária, embora não deva ser levada às raias do exagero, com a prescrição do mesmo nível linguístico para todas as ocasiões.

Luft (1997, p. 90) afirma que “a teoria gramatical escolar é nociva” e que “o ensino da gramática [é] nocivo e prejudicial”, o que, embora bem argumentado pelo falecido mestre, pode também ser visto como um exagero, pois não é deixando de ensinar gramática normativa que a aulas de língua materna irão ser otimizadas. Há muito mais a ser feito. É preciso um plano político-pedagógico para “enxugar” os excessos de teoria e dinamizar os aspectos de leitura e de produção textual.

Mas enquanto isso não acontece, é preciso também repensar o porquê da existência de uma norma padrão e sua utilização. Como foi dito anteriormente, há determinadas situações em que o apuro linguístico é recomendado. Em casos assim é impossível imaginar alguém sem o menor preparo gramatical conseguindo o respeito para o que está proferindo. Os meios de comunicação, orais e escritos, também são importantes mecanismos de divulgação da norma padrão, que precisará ser estudada para ser compreendida e até mesmo posteriormente criticada. Nos meios de comunicação mais formais deve haver também um cuidado formal, por uma questão institucional ou até mesmo para evitar a dubiedade de interpretações.

Também as questões profissionais e as seleções para emprego devem primar por um estilo mais acurado e isento de grandes variações, uma vez que geralmente os entrevistadores querem, além de fluência verbal, um domínio gramatical para quem irá tratar com o público, além, é claro, de um bom nível redacional.

Fora os casos previstos acima e alguns outros que exigem apuro gramatical, a norma padrão não encontra lugar para ser empregada no dia a dia das pessoas que querem apenas trocar ideias ou transmitir impressões sem quaisquer compromissos com os ditames escolares.

9. Conclusão

A língua apresenta diversas facetas que devem ser respeitadas de acordo com critérios que, não raras vezes, escapam às questões gramaticais. A situacionalidade do discurso, o local onde os interlocutores se encontram e o nível cultural dos receptores devem ser levados em consideração na hora de eleger o nível da linguagem que será utilizada.

Não é o fato de estudar a norma padrão de uma língua que irá levar os usuários a um domínio da linguagem culta. O papel das instituições de ensino não é apenas o de incutir como se deve falar, mas também mostrar quando a norma padrão pode ser empregada e quando seria melhor agir de forma mais coloquial.

Estudar gramática normativa é também importante, mas não é o único modo de se conhecer uma língua, pois as prescrições da gramática são apenas formas artificiais encontradas pelos teóricos para tentar descrever algumas situações da língua em geral. Situações estas que não são únicas nem exclusivas de determinados grupos sociais ou de níveis culturais.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1998.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CIPRO NETO, Pasquale. Língua enrolada. Entrevista concedida ao jornalista Mário Sabino. **Revista Veja**, São Paulo, 10 set. 1997. Páginas amarelas.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PINTO, Edith Pimentel. **O português popular escrito**. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, Maria Rita. A retórica na Época Clássica e na Idade Média. In. _____ et al. **Anotações sobre linguagem**. São Luís: Lithograf, 2000.

RESUMEN: Este artículo habla sobre el uso da norma culta de la lengua portuguesa en situaciones en que hay necesidad o no del uso de la norma culta en acciones comunicativas. El trabajo es de naturaleza bibliográfica y está embasado en teorías desarrolladas por autores como Joaquim Mattoso Câmara Júnior, Celso Pedro Luft, Marcos Bagno e Irandé Antunes e intenta demostrar que ni siempre el hablar bien está relacionado con el uso de palabras difíciles o con una sintaxis rebuscada, pues hay casos en que el proceso comunicativo puede tornarse tan importante cuanto la corrección gramatical.

Palabras clave: Gramática; Norma culta; Comunicación.